

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.			
continuação			
<p>mento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao mês do faturamento; (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (d) Prestação de serviços de transmissão de dados; (e) Refere-se a dividendos a receber Five Trilhos; e (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.</p>			
2018			
10. Investimentos			
a) Composição dos investimentos			
	Patrimônio Líquido		Resultado líquido
Participação	da investida	Investimentos	do exercício
Five Trilhos - Administração e Participações S.A.	100%	1.223	1.223
Total de investimento		1.223	1.546
Resultado de equivalência patrimonial			
1.546			
b) Informações financeiras resumidas			
2018			
Participação	Total do ativo	Total do passivo	Total das receitas brutas
Five Trilhos - Administração e Participações S.A.	100%	1.891	668
Total de investimento		1.891	668
Lucro líquido			
1.920			
c) Movimentação do investimento			
2018			
Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos
Five Trilhos - Administração e Participações S.A.		1.546	60
			(383)
			1.223
11. Intangível e intangível em construção			
Movimentação do custo			
2018			
	Saldo inicial	Adições	Transfe-rências
Direitos de exploração da infraestrutura	- 17.876	2.825	20.701
Direito da concessão	- 554.268	-	554.268
Intangível	- 572.144	2.825	574.969
Intangível em construção	- 18.395	(2.825)	15.570
Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de operação assistida no montante de R\$ 17.848 no período de 07 de março de 2018 a 31 de julho de 2018, composto por R\$ 17.814 referente a mão de obra e R\$ 34 referente a serviços de terceiros, conforme estabelecido no contrato de concessão na cláusula 10.4.6. Movimentação da amortização			
2018			
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(a)	- (174)	(174)
Direitos da concessão	20	- (4.667)	(4.667)
		- (4.841)	(4.841)
(a) Amortização pela curva de benefício econômico.			
12. Debêntures			
Série			
	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos a apropriar em 2018
1ª Emissão - série única	CDI + 1,75% a.a.	2,148% (a)	6.680
Total geral			5.382
Saldos dos custos de transação			
30.398			
(2.271)			
28.127			
Não Circulante			
Debêntures			
600.000			
Custos de transação			
(3.111)			
596.889			
17. Instrumentos financeiros			
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:			
Instrumentos financeiros por categoria			
2018			
Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	
Ativos			
Caixas e bancos	1.109	-	-
Aplicações financeiras	74.920	-	-
Contas a receber	-	19.635	-
Operação			
Debêntures - 1ª Emissão	CDI	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3) (4)
Aplicação financeira (CDB) (5) (6)	CDI (2)	Abril de 2021	630.398
Efeito líquido			74.919
As taxas de juros consideradas foram (1):	CDI (2)		(47.299)
			(59.124)
			(70.948)
			6,40%
			8,00%
			9,60%
(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável; (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3; (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2018 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CD); (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas.			
18. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: a. Compromissos com o Poder Concedente: As responsabilidades da Concessionária perante o Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente são: • Operação, manutenção e conservação das Linhas 5 e 17. • Requalificação e adequação da infraestrutura: Essas adequações envolvem a intervenção na infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro do Metrô com a CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e exigências técnico-operacionais e de segurança. A obra deverá iniciar em até 18 meses contados do início do prazo de vigência da Concessão, e a conclusão em até 42 meses do início da vigência, ou seja, 24 meses para executar a obra. Os montantes previstos para este investimento são em torno de R\$ 70 milhões. • Investimentos adicionais, caso necessário. • Implantação de melhorias para atender os indicadores de desempenho. Outorga variável: Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 666. b. Compromissos relativos às concessões: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da concessionária:			
19. Demonstração dos fluxos de caixa: a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. b. Reconciliação das atividades de financiamento:			
2018			
Saldo Inicial			
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(1.192.968)	-	(1.192.968)
Pagamento de principal e juros	605.690	-	605.690
Integralização de capital	- (68.975)	-	(68.975)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(587.278)	(68.975)	(656.253)
Outras variações			
Despesas com juros, variação monetária	(36.088)	-	(36.088)
Outras variações que não afetam o caixa	(1.650)	-	(1.650)
Total das outras variações	(37.738)	-	(37.738)
Saldo Final	(625.016)	(68.975)	(693.991)
20. Eventos subsequentes: Integralização de Capital: Em 26 de março de 2019, foram integralizados na proporção das suas ações R\$ 20.025, totalizando o capital subscrito de R\$ 89.000. Pagamento de juros sobre debêntures: Em 03 de abril de 2019, foram pagos R\$ 43.230 referente a juros da 1ª emissão das debêntures. Início de operação comercial: Em 08 de abril de 2019, a Companhia iniciou a operação comercial da Estação Campo Belo.			
Composição do Conselho de Administração			
Arthur Piotto Filho - Presidente do Conselho			
Luciano José Porto Fernandes - Conselheiro			
Roberto Vollmer Labarthe - Conselheiro			
Ana Luiza Borges Martins - Conselheiro			
Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Conselheiro			
Composição da Diretoria			
Luis Augusto Valença de Oliveira - Diretor Presidente			
Francisco Pierrini - Diretor			
Contador			
Hélio Aurélio da Silva			
CRC 1SP129452/O-3			
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras			
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. - São Paulo - SP			
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 7 de março de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 7 de março de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Compa-			
nia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria: Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administra-			
ção da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,			

